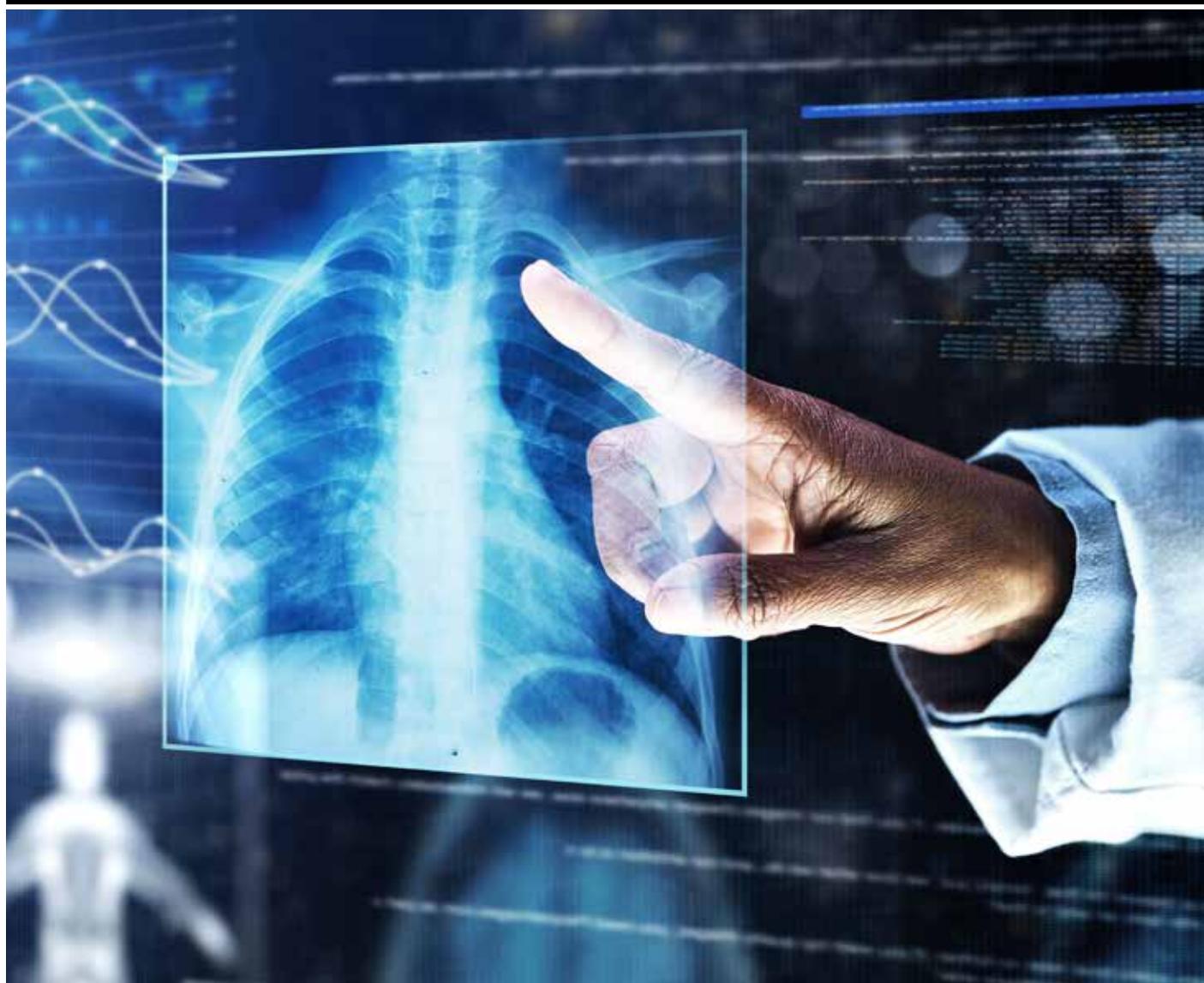


O FUTURO DA SAÚDE



APOIOS:



DEBATE SAÚDE

2025 SERÁ O ANO DO EQUILÍBRIO



O AUMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS SEGUROS DE SAÚDE NO MERCADO PORTUGUÊS TEM CONTRIBUÍDO PARA UM DESEQUILÍBRIO DOS CUSTOS, QUE TEM SIDO COMPENSADO PELA SUBIDA GRADUAL DOS PRÉMIOS. QUANDO É QUE CHEGAREMOS AO PONTO DE EQUILÍBRIO?



DOWNGRADE NOS SEGUROS

«PODE HAVER QUATRO MILHÕES DE PESSOAS SEGURADAS, MAS SE OLHARMOS PARA OS PRODUTOS SEGURADORES QUE ESSAS PESSOAS TÊM, HÁ UMA TENDÊNCIA DE DOWNGRADE»

POR:

Daniel Almeida

FOTOS:

Paulo Alexandrino

A

crise instalada no Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem contribuído, nos últimos anos, para o crescimento do sector segurador. De acordo com um estudo recente da consultora e cor-

retora de seguros WTW, são já mais de 4 milhões os cidadãos portugueses que recorrem a seguros para poderem ter acesso a cuidados de saúde no sector privado. Uma tendência que se deve também ao crescimento da oferta – inclusive por parte de empresas fora do indústria da Saúde que passaram a oferecer produtos com uma componente de risco associado –, mas que tem, em certa medida, contribuído para o desequilíbrio e a escalada dos custos no sector, empolando o debate em torno da sustentabilidade de todo o sistema.

O tema deu o mote ao mais recente debate de Saúde promovido pela Marketeer/Executive Digest, onde responsáveis de empresas de diversos subsistemas da Saúde debateram as causas e efeitos desta tendência. E uma das consequências que têm sido mais notórias no mercado é a inevitável «actualização de preços» dos seguros de saúde. Face ao aumento de utilização dos seguros, sobretudo nesta fase pós-pandémica, as empresas seguradoras tiveram que «fazer alguns ajustes, quer ao nível de prémios, quer na redução de alguns custos». Também os prestadores de saúde têm vindo a mexer

nos preços dos seus serviços, porque havia casos em que «não eram actualizados desde 2011» e os custos «aumentaram de forma significativa», em áreas como recursos humanos, inovação ou cibersegurança. «Isso, no final do dia, penaliza muito quem paga, que somos nós todos», lembram os presentes no debate.

O aumento dos prémios dos seguros é necessário para um maior equilíbrio do sistema e é provável que volte a acontecer no próximo ano, mas até onde é possível ir? Já se começa a notar no mercado uma diminuição das pessoas que tinham apólices. As empresas também têm vindo a baixar os capitais próprios e as coberturas para manter ou baixar os prémios. «Pode haver quatro milhões de pessoas seguradas, mas se olharmos para os produtos seguradores que essas pessoas têm, há uma tendência de downgrade. Muitas vezes, estamos a chamar seguros a planos de saúde, que não têm uma verdadeira cobertura de risco e o próprio cliente não tem essa percepção», sublinham os responsáveis. «Isto é o mercado já a dar sinais que não tem capacidade para pagar mais. Não podemos indefinidamente actualizar preços, porque os clientes vão deixar de ter capacidade financeira para pagar», reforçam.

Nesse sentido, importa colocar novamente a questão: até onde e quando será possível aumentar preços? «Até haver um equilíbrio. Isto tem de ser um bom negócio para todas as partes – o cliente, os prestadores e os financiadores», analisam. Não obstante, há quem arrisque uma previsão: «2025 se calhar será o ano do equilíbrio. 2024 foi, do lado das seguradoras, um ano de mudança e de eficiência. E foi o ano em que a “saúde guiada” se tornou um chavão. A saúde tem de ser guiada e isso tem a ver com literacia, com o excesso de uso que há,

muitas das vezes, e que provoca um desequilíbrio no sistema. Temos de guiar as pessoas pelo sistema.»

João Estevão (CUF), Luísa Silva (Sanofi), Maria do Carmo Silveira (Ageas), Marta Cunha (Germano de Sousa), Pedro Silva (ANF – Associação Nacional das Farmácias), Rui Rijo Ferreira (Jaba Recordati), Sónia Ratinho (EQA Medicina Integrativa), Vitor Almeida (Lusíadas Saúde), Maria Perdigão (Generali Tranquilidade) e Maria Vasconcelos (Multicare) foram os participantes no pequeno-almoço debate da Saúde, que decorreu no hotel Vila Galé Ópera, em Lisboa.

SAÚDE DE PROXIMIDADE

Outra tendência no mercado é o crescimento da saúde de proximidade, que está muito relacionado com o aumento dos serviços prestados pelas farmácias. Hoje, mais do que a simples dispensa de medicamentos, as farmácias têm sido um aliado do SNS, por exemplo, na campanha de vacinação contra a gripe e a Covid-19 (desde o ano passado) e têm vindo a ter um papel crescente na sensibilização da população, nomeadamente através da realização de rastreios de doenças como o cancro colorrectal, em conjunto com parceiros, como as seguradoras ou associações de doentes. E continuam, em conjunto com o SNS, a trabalhar noutras frentes, como a implementação do regime de dispensa em proximidade de medicamentos prescritos para ambulatório hospitalar, que está em expansão para outras farmácias e regiões do País.

«Desde o período de pandemia, foram dados passos gigantes relativamente ao nível dos serviços de saúde» promovidos pelas farmácias, frisam os participantes no pequeno-almoço debate. Por vezes, muitos desses avanços foram assumidos pela rede de farmácias, que deu, por



DEBATE SAÚDE



Maria do Carmo Silveira
Ageas



Maria Perdigão
Generali Tranquilidade



João Estevão
CUF



Rui Rijo Ferreira
Jaba Recordati



Maria Vasconcelos
Multicare

2024 FOI O ANO EM QUE A “SAÚDE GUIADA” SE TORNOU UM CHAVÃO. E ISSO TEM A VER COM LITERACIA, COM O EXCESSO DE USO QUE HÁ, MUITAS DAS VEZES



Pedro Silva
Associação Nacional das Farmácias



Marta Cunha
Germano de Sousa



Vitor Almeida
Lusíadas Saúde



Luísa Silva
Sanofi



Sónia Ratinho
EQA Medicina Integrativa

exemplo, início ao regime de dispensa em proximidade sem ter o serviço remunerado - só em Novembro arrancou a fase de testes para o novo regime, que já prevê a remuneração. «Esse esforço que a rede de farmácias tem assumido, tem

desbloqueado muitas oportunidades e precipitado muitas decisões», sublinham.

Nesse sentido, os responsáveis defendem que as farmácias podem ser o tal ponto de equilíbrio que é necessário, na acessibilidade do doente e na lite-

racia em Saúde. «2025 vai ser um ano de transição para as farmácias, que vão ter que aproveitar a oportunidade da entrada em novos serviços, como a vacinação, rastreios, medicação, orientação para os exames de rotina...



UMA IDEIA PARA 2025

«QUE PAREMOS UM BOCADINHO DE DISCUTIR IDEOLOGIA E POLÍTICA. A SAÚDE MERECE UMA DISCUSSÃO MAIS ASSETIVA. O ELEFANTE ESTÁ NA SALA E TEMOS DE ENCARÁ-LO.»

Há um mundo que vai voltar a abrir para as farmácias», reiteram.

Este tema da saúde de proximidade será fulcral para o futuro e a sustentabilidade do sector. E se, hoje, a farmácia tem um papel central de encaminhamento e orientação do paciente, algumas unidades de saúde públicas, como as ULS (Unidades Locais de Saúde), também já têm uma gestão diferente do paciente, conseguindo prestar um acompanhamento de proximidade que o hospital não consegue.

Também os laboratórios têm vindo a atravessar um período de reestruturação desde a pandemia, alterando um pouco o seu paradigma. Se antes estavam mais focados no diagnóstico, hoje trabalham cada vez mais a prevenção, a inovação (sobretudo em áreas como genética ou a oncologia) e a literacia em Saúde. «Em termos de comunicação, informação e serviço estão a mudar o paradigma. E, em termos estruturais, a reajustar-se, porque o investimento durante a pandemia foi grande em termos de equipamentos e recursos.»

Todas estas tendências estão relacionadas com a “velha” questão da integração de serviços públicos e privados, sobretudo no caso das doenças crónicas, que são as que mais crescem e o SNS, muitas vezes, não consegue dar resposta. «Não há uma óptica de gestão [no sector público] para saber quanto é que custa um doente com uma doença crónica se não for tratado devidamente. Provavelmente, ficaria mais barato para o Estado fazer uma parceria com o privado para tratar os doentes com diabetes, por exemplo», defendem os participantes.

Há, no entanto, algumas medidas em vigor que têm vindo a promover essa integração entre o sector público e privado. Actualmente, está implementado um

modelo de referenciação, por exemplo, na área do encaminhamento cirúrgico para o sector privado, através do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) e dos chamados “vales-cirurgia”. A medida visa combater os prolongados tempos de espera, mas os responsáveis à volta da mesa lembram que, em muitos casos, o Estado propõe ao sector privado fazer uma cirurgia com reduções substanciais no preço, o que se torna insustentável. «O modelo está bem desenhado, mas falta uma parte importante: os prestadores de saúde privados têm de ser remunerados de uma forma justa», advogam.

Não obstante, o que se conclui é que há um conjunto de serviços complementares que são vitais para a sustentabilidade do SNS e que estão a provocar uma mudança do hospital como o conhecemos e que tenderá a ser visto cada vez menos como um “centro comercial de saúde”. «Isto passou-se há uns anos com a grande distribuição. Quando apareceu nos anos 80, era óptimo ir ao hipermercado. Depois, com o passar do tempo, as pessoas começaram a ir ao supermercado de bairro. Com muitas aspas, há uma analogia aqui. Quando surgiram os hospitais privados, encantámo-nos com a ideia do grande hospital onde podíamos fazer tudo, mas isto vai deixar de acontecer. O hospital vai continuar a existir para certos serviços, mas a saúde de proximidade vai explodir», explanam os participantes.

PERSPECTIVAS PARA 2025

Os desafios no sector da Saúde são muitos e, por vezes, transversais aos diferentes subsistemas. Do lado das farmacêuticas, 2024 acabou por ser um «ano razoável», com um crescimento do lado do mercado ambulatório – embora

liderado pelas companhias de medicamentos genéricos – e um crescimento mais expressivo no mercado de venda livre, que nalguns casos chega aos dois dígitos. Contudo, se receitas cresceram, os custos também «aumentaram significativamente» e põem em risco a continuidade de alguns produtos no mercado. Após o início da guerra na Ucrânia, houve um aumento significativo do lado dos custos, que não foi acompanhado por uma subida dos preços, que no mercado nacional são fixos. Nesse sentido, algumas companhias farmacêuticas equacionam a retirada do mercado de alguns produtos.

O próximo ano não se afigura como menos desafiante para as empresas do sector da Saúde. Desde logo, pelo tema dos recursos humanos, que continuam a escassear. Os prestadores de saúde privados, por exemplo, têm hoje muita dificuldade em manter enfermeiros e corpos clínicos, porque a concorrência no sector é grande. E deverá acentuar-se nos próximos tempos, porque «há muitos players internacionais com os olhos postos no mercado português» e que já anunciam investimentos em novos hospitais, clínicas e laboratórios.

Nesse sentido, 2025 será, além de um ano de equilíbrio, um ano de adaptação, em que todo o ecossistema terá que continuar a articular-se em prol da sustentabilidade do sector. «Todos nós temos o dever de estar disponíveis [para apoiar o SNS] e temo-lo feito, inquestionavelmente. Podemos ajudar a construir um ecossistema melhor», reiteram os responsáveis à volta da mesa.

E deixam ainda um desejo para 2025: «Que paremos um bocadinho de discutir ideologia e política. A Saúde merece uma discussão mais assertiva. O elefante está na sala e temos de encará-lo.» ●



MÉDIS

«A MÉDIS ESTÁ ABERTA A TODOS OS PORTUGUESES»

OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES QUE SE APRESENTAM À MÉDIS ESTÃO DIRECTAMENTE LIGADOS AO QUE, EM CADA MOMENTO, SIGNIFICA “FAZER BEM À SAÚDE”

M m entrevista à Executive Digest, André Rufino, responsável do Ecossistema Saúde Médis, Grupo Ageas Portugal, explica as mudanças que estão a acontecer na saúde em Portugal e como estas estão a transformar a Médis.

Desde o lançamento em 1996, a Médis afirmou-se como uma referência no sistema de saúde em Portugal, criando um verdadeiro Serviço Pessoal de Saúde. Qual o contributo do sector segurador para a economia da Saúde?

Desde a sua origem, em 1996, a Médis sempre se pensou como muito mais do que um seguro de saúde. Via a nossa linha de enfermagem, o Médico Assistente Médis, o Médico Online disponível em várias especialidades, entre outros, fazemos muito mais do que financiar a saúde dos nossos Clientes. Somos, verdadeiramente, um Serviço Pessoal de Saúde.

No que toca ao contributo do sector segurador para a economia da saúde, de acordo com um inquérito desenvolvido pelo Observatório dos Seguros de Saúde no âmbito da actividade da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), 42% da população portuguesa tem um seguro ou um plano de saúde. Este número, como sabemos, tem crescido consistentemente.

Seja porque o Serviço Nacional de Saúde (SNS) está a atravessar dificuldades na sua capacidade de



resposta, seja porque os portugueses confiam nas seguradoras, é um facto que o nosso papel na saúde está a tornar-se – porventura já é – estrutural no nosso país.

Em complemento, dizer também que se olharmos para os dados da “Conta Satélite” 2023, do Instituto Nacional de Estatística (INE), segundo os quais cerca de 30% da despesa de saúde ainda é suportada diretamente pelas famílias (o chamado out of pocket), e comparando esta percentagem elevada com outros países da OCDE, facilmente percebemos o grande potencial de

» André Rufino, responsável do Ecossistema Saúde Médis, Grupo Ageas Portugal

evolução que todos (seguradoras e não só) temos pela frente. A força deste número mostra bem a necessidade que ainda temos de criar novas soluções que ajudem as famílias em Portugal a ter mais e melhor acesso à saúde.

Quais os principais desafios e oportunidades da empresa para o sector da Saúde em Portugal?

A Médis “faz bem à saúde”. Esta é a nossa missão desde o dia zero, já



SAÚDE

HOJE, A NOÇÃO DE SAÚDE AMPLIFICOU-SE E TORNOU-SE MAIS HOLÍSTICA. ABARCA O BEM-ESTAR E UMA COMPONENTE, IMPORTANTÍSSIMA, A PREVENTIVA



lá vão quase 30 anos. É nela que orientamos toda a nossa visão, estratégia e actuação. Isto quer dizer que os desafios e oportunidades que se apresentam à Médis estão directamente ligados ao que, em cada momento, significa “fazer bem à saúde”. Até há uns anos, a saúde era quase exclusivamente entendida como a gestão da doença. Estávamos – todo o sector – muito focados na perspectiva curativa. Hoje, a noção de saúde amplificou-se e tornou-se mais holística. Abarca o bem-estar e uma componente, importantíssima, a preventiva. Tal abre-nos um espectro de possibilidades e oportunidades muito maior. Mais: possibilita que a Médis possa ir muito além dos Clientes do seguro.

Hoje a Médis está efectivamente aberta a todos os portugueses. Essa abertura acontece na prestação de cuidados de saúde, com 14 clínicas de saúde oral e a recente aquisição da One Clinics, um importante prestador na fisioterapia e reabilitação. Mas a abertura acontece também via soluções mais digitais. O exemplo mais recente é o Médis Active, uma app de saúde e bem-estar lançada há muito pouco tempo, que paga até 180€ por ano a todos os portugueses que façam bem à sua saúde (seja fazer actividade física, ler receitas saudáveis ou ouvir sons calmantes, tudo conta).

Explorar novas formas – mais pró-ativas, preventivas e abertas – de “fazer bem à saúde” é, por tudo isto, uma das nossas áreas de foco.

O recente estudo “BI da Saúde dos Portugueses, 2024”, lançado no âmbito do projecto Saúdes,

dá-nos ainda outras pistas relevantes. Num futuro próximo, fazer bem à saúde passará também por trabalhar o acesso (sobretudo em algumas geografias e classes sociais), a saúde mental (sobretudo nos jovens), a saúde no trabalho, entre outros temas.

Que medidas gostariam de destacar e que foram postas em prática para melhorar a experiência do cliente?

A satisfação dos nossos Clientes deve sempre ser uma prioridade, mas ainda mais quando o tema é saúde. A este título gostaria de citar novamente o estudo “BI da Saúde, 2024”, na medida em que o mesmo vem contrariar um pouco a narrativa (talvez) demasiado pessimista que se instalou sobre a saúde em Portugal. Neste estudo, 53% dos inquiridos que utilizam os serviços de saúde, públicos ou privados, consideram a qualidade dos serviços elevada ou muito elevada. Esta melhoria é conduzida essencialmente pelo sector público, onde o acesso à digitalização tem sido decisivo no aumento da satisfação. Tal demonstra bem como, na saúde, a digitalização e a satisfação na experiência de Cliente andam, e andarão, de mãos dadas.

Na Médis há muito que percebemos isso, daí a aposta forte que continuamente fazemos na transformação digital. Via App Médis, por exemplo, cada um dos nossos Clientes tem, de forma facilitada, na palma da mão, a gestão do seu seguro de saúde, assim como o acesso rápido ao histórico clínico, ao médico online, à marcação de consultas e exames, entre outras

funcionalidades. Outro exemplo é o avaliador de sintomas que desenvolvemos. É baseado em Inteligência Artificial (IA) e está aberto a todos os portugueses, permitindo assim um despiste rápido de sintomas e, com isso, potencialmente evitar idas desnecessárias às urgências. Para os Clientes do seguro, este avaliador tem ligação direta à Linha Médis Triagem, disponível 24h, atendida por uma equipa de enfermagem especializada e em constante formação.

A app Médis Active, já referida anteriormente, é outro exemplo, assim como o nosso recente Marketplace, com milhares de artigos e produtos de saúde e bem-estar. Hoje a Médis significa um conceito de saúde 360º, para todos, o que amplifica muito a experiência que proporcionamos.

Qual o papel da inovação em todo este processo?

Sem sombra de dúvida, a inovação assume um papel fundamental como um acelerador de processos, e não só. Vai – e já está a fazê-lo – transformar o modelo tradicional de gestão de saúde num triplo sentido.

Por um lado, pelo aumento do acesso e da conveniência. Através das plataformas e soluções digitais, da telemedicina, entre outros, vamos continuar a assistir ao cada vez maior e mais fácil acesso, ao diversificar do número de soluções e especialidades disponíveis, e à simplificação na ótica do utilizador.

Por outro lado, a diversificação e o maior nível de engagement dos programas de prevenção. Wearables, dispositivos e programas persona-

lizados de saúde e bem-estar serão em número cada vez maior, e com utilização cada vez mais facilitada, ajudando-nos a reduzir os custos (que necessariamente aumentam por via da maior longevidade e consequente crescimento da incidência de doença crónica).

Finalmente, na crescente confiança, transparência e segurança dos dados, que terá forçosamente de existir. A maior conscientização sobre a necessidade de privacidade dos dados e sobre o uso responsável da informação, aliadas à inovação dos sistemas de segurança, garante a protecção dos dados dos Clientes. Estamos convictos de que a comunicação transparente, apoiada por tecnologia segura, promove a confiança, a lealdade e a satisfação.

A telemedicina e a saúde digital vão evoluir e influenciar a acessibilidade e a qualidade dos cuidados de saúde?

Na nossa óptica, sim, sem dúvida. No “BI da Saúde 2024”, como já referi, voltámos a comprovar o acesso irregular aos cuidados de saúde no nosso país. A região do Grande Porto destaca-se como a mais favorecida. Já o Algarve revela estar numa situação mais crítica, com os residentes a reportarem um sentimento de falta de acompanhamento e de dificuldades no acesso à saúde.

A tecnologia (via saúde digital e telemedicina) pode ajudar a suprir esta lacuna, melhorando e democratizando o acesso. E o “BI da Saúde” mostra, através de dados, que isso já está a acontecer, ou seja, os portugueses estão cada vez mais a aderir à saúde digital,



DIGITAL
O “BI DA SAÚDE”
MOSTRA,
ATRAVÉS DE
DADOS, QUE OS
PORTUGUESES
ESTÃO CADA
VEZ MAIS A
ADERIR À SAÚDE
DIGITAL, COM
68% A UTILIZAR
TECNOLOGIA
PARA
MONITORIZAR
PELO MENOS
UM INDICADOR
DE SAÚDE

com 68% a utilizar tecnologia para monitorizar pelo menos um indicador de saúde.

Além disso, a medicina digital permite ainda poupar tempo nas deslocações, reduzir os tempos de espera nas urgências e nas consultas de especialidade dos hospitais públicos e privados, diminuindo assim a pressão sobre os serviços. Neste ponto, os números da telemedicina Médis são claríssimos: mais de 90% das teleconsultas que realizámos evitaram novas consultas (de urgência e/ou especialidade). Talvez, por isso, assistamos, na telemedicina da Médis, a um crescimento anual médio do número de consultas na casa dos 40%.

Como prevê a evolução da medicina personalizada?

Vemos essa evolução como algo natural (resultado dos avanços da ciência e da tecnologia) e necessário (por questões de eficiência e sustentabilidade do sistema). Tanto do lado da gestão da doença (por exemplo o cancro, onde a oncologia personalizada se desenvolve cada vez mais), como do lado da gestão da saúde e do bem-estar (os wearables permitirão exponenciar essa personalização).

Hoje é relativamente consensual que a prática médica deve ir além da biologia, genética e fisiologia. Igualmente importantes são os dados sociodemográficos, ambientais, os estilos de vida, o nível de literacia e informação ou a história de vida. A saúde é, também, muitíssimo subjectiva e biográfica, logo, necessariamente personalizada e personalizável. Na

Médis, via projecto Saúdes (e daí o nome deste projecto) acreditamos que não existe uma saúde, mas tantas quantos os portugueses.

Quais são as tendências demográficas que acredita que terão um impacto significativo na entrega de cuidados de saúde no futuro?

Em primeiro lugar - sendo Portugal um dos países mais envelhecidos do mundo - tenho de falar do envelhecimento da população, resultante da menor natalidade e da maior esperança média de vida. Termos mais anos de vida é uma enorme conquista (uma das maiores e melhores da história da humanidade), mas é também sinónimo de mais doença crónica, o que se traduz na necessidade de mais cuidados de saúde, cada vez mais especializados.

Depois - algo que nos dá esperança porque tende a compensar a quebra da natalidade - as migrações. Somos um país crescentemente mais diverso em nacionalidades e etnias, o que exige, também nos serviços de saúde, uma adaptação a novas e diferentes necessidades, uma dialéctica distinta com e nos sistemas de saúde.

Segue-se a saúde mental e a pressão crescente do seu impacto sobre as organizações, comunidades, famílias e a economia. Segundo dados do “BI da Saúde 2024”, 18% dos jovens entre os 18 e os 24 anos assumem doença mental diagnosticada nos últimos dois anos e 32% dos trabalhadores sentem que o tipo ou o ritmo do seu trabalho é ‘muito’ ou ‘bastante’ prejudicial à sua saúde. São dados que nos devem fazer pensar. ●



Médis Active.

A app que lhe paga para fazer qualquer coisa pela sua saúde.



Faça já o download e acumule
recompensas equivalentes
a um máximo de 180€/ano.



Faz bem à Saúde.

FIDELIDADE/MULTICARE

VALOR ACRESCENTADO PARA O CLIENTE

AS SOLUÇÕES
DA MULTICARE
PERMITEM TAMBÉM,
CADA VEZ MAIS,
PERSONALIZAR
A EXPERIÊNCIA
ÀS NECESSIDADES
INDIVIDUAIS DE
CADA UTILIZADOR



Im entrevista à Executive Digest, Ana Rita Gomes, administradora da Multicare, explica os principais desafios e oportunidades da transformação digital no sector da Saúde.

Qual o papel da tecnologia na promoção da saúde preventiva e na conscientização sobre o autocuidado entre os pacientes?

A tecnologia é um potenciador e acelerador na adopção de hábitos que promovem a saúde, como

o autocuidado (quer físico quer mental), a avaliação regular do estado de saúde com carácter preventivo e na promoção de literacia em saúde, reforçando a importância destes hábitos para uma saúde e vida mais plenas.

Disso são prova a disseminação de aplicações de saúde – o chamado mHealth – com estes objectivos, quer sejam mais focadas em temas específicos, como exercício físico,

nutrição ou saúde mental, quer de forma mais holística integrando estas várias vertentes. Estima-se que este mercado tenha já atingido mais de 30B \$ em todo o mundo em 2023 e com crescimentos previstos de 15%/ano até 2030. (fonte: Grand View Research mHealth Apps Market Size, Share & Growth Report, 2030). Uma das áreas com maior penetração deste tipo de tecnologia é a saúde



PIONEIRA

A MULTICARE TEM SIDO PIONEIRA COMO IMPULSIONADOR ACTIVO DESTAS NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À PROMOÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS, COM PROGRAMAS COMO O MULTICARE VITALITY E O FINANCIAMENTO DE SOLUÇÕES DIGITAIS PREVENTIVAS NA SUA OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS, EM PARTICULAR DA SAÚDE MENTAL



mental, que se estima representar cerca de 20% deste mercado (cerca de 6 B\$).

Estas soluções permitem também, cada vez mais, personalizar a experiência individual, adaptando planos e soluções às necessidades individuais de cada utilizador, maximizando o engagement e probabilidade de sucesso, como exemplo em planos nutricionais adaptados a restrições alimen-

**DADO A ACELERAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTOS TECNOLÓGICOS
QUE ASSISTIMOS, É EXPECTÁVEL QUE
O APARECIMENTO E DESENVOLVIMENTO
DE TECNOLOGIAS APLICÁVEIS AO
SECTOR DA SAÚDE OCORRA A UMA
VELOCIDADE GALOPANTE**

tares ou planos de exercício físico de acordo com disponibilidade e preferências individuais.

Em Portugal, a Multicare tem sido pioneira como impulsionador activo destas novas tecnologias aplicadas à promoção de hábitos saudáveis, com programas como o Multicare Vitality e o financiamento de soluções digitais preventivas na sua oferta de produtos e serviços, em particular da saúde mental.

O programa Multicare Vitality através de metas e desafios personalizados, combina tecnologia e gamificação, estimulando a adesão dos clientes a actividades físicas, alimentação saudável e práticas de bem-estar mental. Neste caso, a facilidade de utilização da tecnologia (sincronizando aplicação móvel com smart watches) aliada à recorrência de premiação recorrente por hábitos saudáveis, são os ingredientes-chave para uma mudança de hábitos sustentável e duradoura.

Na saúde mental, a Multicare comparticipa a subscrição de aplicações como a Calm, Headspace, Lumosity e Peak, facilitando assim

o acesso dos clientes ao autocuidado, seja no controle do stress e ansiedade, no bem-estar mental ou na estimulação cognitiva.

Como olham para a telemedicina e como pretendem expandir esse serviço no futuro?

Na Multicare vemos a telemedicina como uma peça fundamental para promover o acesso a cuidados de saúde primários e de prevenção, sem necessidade de deslocações e com qualidade de atendimento clínico; promovendo igualmente uma maior eficiência do sistema de saúde.

Desde 2016, a Multicare foi pioneira ao disponibilizar aos seus clientes, sem custos adicionais, a Medicina Online, um serviço de telemedicina, com consultas de Medicina Geral e Familiar 24 horas por dia, 7 dias por semana. Desde então a Medicina Online evoluiu da resposta a cuidados agudos, alargando os serviços a 14 especialidades médicas e outros serviços complementares como nutrição, psicologia, serviços de Saúde da Mulher ou de apoio



FIDELIDADE/MULTICARE



» Ana Rita Gomes,
administradora
da Multicare

oncológico. A Medicina Online é também um dos pilares do nosso Ecossistema de Prevenção (com serviços como o Lifestyle coach ou programa de cessação tabágica), reforçando a importância de atitudes preventivas para uma melhor saúde no futuro e respondendo às necessidades dos nossos clientes.

Continuando nesta premissa de inovação e de valor acrescentado para o cliente, a expansão futura da Medicina Online passará por apostar numa experiência cada vez mais personalizada e ajustada ao risco individual e à condição de saúde de cada um, por exemplo, com programas de gestão de doenças crónicas em formato remoto ou híbrido.

Na vossa opinião, quais as tecnologias emergentes que terão maior impacto no sector de saúde nos próximos cinco a dez anos?

Dado a aceleração de desenvolvimentos tecnológicos a que

assistimos, é expectável que o aparecimento e desenvolvimento de tecnologias aplicáveis ao sector da saúde ocorra a uma velocidade galopante. Para a Multicare antecipamos que algumas tecnologias emergentes possam ter impactos na vida e saúde dos nossos clientes: para começar, a Internet of Medical Things (IoMT) e Wearables, um mercado em franco crescimento. Prevê-se que o mercado de IoMT atinja 170B \$ em 2030, com crescimentos previstos de 21%/ano até 2030) (fonte Grand View Research Internet Of Things In Healthcare Market To Reach \$169.99Bn By 2030). Estas tecnologias permitem a monitorização de dados de saúde em tempo real, fornecendo informação valiosa às pessoas sobre a sua saúde, bem como aos profissionais de saúde que os acompanham, contribuindo assim para a literacia e gestão activa do estado de saúde de cada indivíduo. Adicionalmente, a utilização de dados em tempo real poderá suportar modelos preditivos, podendo actuar de forma preventiva, profilática ou terapêutica, conduzindo a maior eficiência da prestação de cuidados e melhores resultados.

A Telemedicina/Telessaúde continuará a ser uma tecnologia em desenvolvimento, sendo previsto que o mercado de telemedicina atinja 380B\$ em 2030 com crescimentos previstos até 2030 de 18,0%/ano (fonte Grand View Research, Telemedicine Market Size To Reach \$380.3 Billion By 2030). É já uma ferramenta com

uma utilização relevante por clientes Multicare (em 2023 fizemos cerca de 200 mil consultas nos serviços de Medicina Online) e no futuro vemos a Telemedicina como a base para o desenvolvimento de modelos híbridos de prestação e para o acompanhamento mais próximo dos nossos clientes mais frágeis, incluindo programas de gestão de doenças crónicas. Promovemos assim melhor acesso, conveniência e melhores resultados de saúde nos nossos clientes.

O desenvolvimento de áreas como a Genómica e Biotecnologia contribuirão para desenvolvimentos revolucionários, como por exemplo o desenvolvimento de órgãos modificados para transplante para humanos, e para abordagens de prevenção, profilaxia e tratamento de forma personalizada. De facto, a genómica, aliada a computação avançada, permitirá avançar na Medicina Personalizada, identificando grupos de população em risco e posteriormente desenvolver programas profiláticos e de prevenção para a gestão desse risco em específico, sendo, por isso, mais eficientes.

A Inteligência Artificial e Machine Learning, ao integrar e capitalizar dados recolhidos pelos Wearables, dados na IoMT, desenvolvimentos da área da genómica e biotecnologia, irá exponenciar alguns impactos anteriormente mencionados – como no aumento da precisão de diagnósticos via análise avançada de MCDTs; na personalização de planos de tratamento baseados em dados específicos do paciente (genética);



TELEMEDICINA

NA MULTICARE VEMOS A TELEMEDICINA COMO UMA PEÇA FUNDAMENTAL PARA PROMOVER O ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS E DE PREVENÇÃO, SEM NECESSIDADE DE DESLOCAÇÕES E COM QUALIDADE DE ATENDIMENTO CLÍNICO, PROMOVENDO IGUALMENTE UMA MAIOR EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE SAÚDE



na optimização de recomendação de tratamentos e planos de prevenção (ajustados ao indivíduo e ao grupo de risco) com base em estudos e evidências científicas; na aceleração da inovação e desenvolvimento de novos medicamentos e terapêuticas, entre outros. Também nas seguradoras esta tecnologia terá impacto para os nossos clientes ao permitir personalizar melhor oferta e serviços e maior agilidade de resposta aos clientes, via optimização de processos e de tempos de resposta.

Por último, e considerando a crescente importância dos dados de saúde e da sua sensibilidade, as organizações e instituições que operam no sector da Saúde, como a Multicare, devem focar-se cada vez mais no desenvolvimento de tecnologias para assegurar a segurança e privacidade de dados, garantindo o acesso aos seus clientes e correcta utilização.

Atendendo ao avanço tecnológico, quais os principais desafios que podem enfrentar ao nível da ética e privacidade de dados?

Com a crescente digitalização da saúde e dos dados vem o enorme desafio de garantir a protecção e segurança de dados e da sua correcta utilização. Todos os participantes no sector – profissionais de saúde, empresas prestadoras de cuidados de saúde, seguradoras de saúde, indústria farmacêutica, etc. – deverão implementar e cumprir a regulação de protecção de dados de saúde.

Com o constante desenvolvimento de tecnologias no sector da saúde, torna-se cada vez mais relevante

COM A CRESCENTE DIGITALIZAÇÃO DA SAÚDE E DOS DADOS VEM O ENORME DESAFIO DE GARANTIR A PROTECÇÃO E SEGURANÇA DE DADOS E DA SUA CORRECTA UTILIZAÇÃO

haver políticas e mecanismos que promovam a protecção de pacientes/clientes em termos éticos e de privacidade de dados, garantindo em simultâneo que essas mesmas políticas permitam o desenvolvimento e a inovação tecnológicos. Para atingirmos este equilíbrio é essencial a colaboração entre todos no sector, desde prestadores de cuidados de saúde, seguradoras, associações de doentes, arquitectos de tecnologia, legisladores e profissionais de ética – para que no final tenhamos as condições para proteger os dados dos clientes e ao mesmo tempo prestar o melhor serviço e cuidados aos nossos pacientes/clientes.

Quais são as iniciativas que podem tornar o sector de Saúde mais sustentável e que devem ser priorizadas no futuro?

A aposta na prevenção e na promoção de hábitos de vida saudáveis podem contribuir para prevenir o aparecimento ou atrasar o desenvolvimento de doenças crónicas como a diabetes, hipertensão arterial, cancro e doenças respiratórias (como a DPOC), as quais são responsáveis por 70-80% dos

custos de saúde. Esta melhoria dos custos de saúde seria um contributo essencial para tornar o sector mais sustentável, com menos carga de doença e utilização de recursos.

Outra área de actuação deve endereçar o desperdício e ineficiências existentes no sector da saúde, como por exemplo a duplicação desnecessária de actos médicos, idas às urgências que poderiam ter sido resolvidas por outros meios. Existem várias alavancas e ferramentas que podem ser utilizadas. A partilha de historial clínico e resultados de exames consentida pelos pacientes, entre profissionais de saúde pode contribuir para a optimização da prestação de cuidados, mitigando por exemplo a realização de actos médicos desnecessários e contribuindo para melhores resultados para o paciente. A aposta em medicina personalizada, alavancada em genética e computação avançada, poderá abrir caminho para programas preventivos e profilácticos mais eficientes ao gerir melhor o risco individual bem como de grupos de risco. A inteligência artificial poderá ajudar a melhorar a eficiência de processos e promover a optimização de resultados (ex: no diagnóstico de patologias, recomendação de tratamentos, inovação na descoberta de novos fármacos).

Por último, mas não menos importante para a eficiência e eficácia do sector, devemos apostar num modelo de pagamento por valor que dê primazia a resultados clínicos e aos resultados reportados por pacientes. ●



JABA RECORDATI

«O ACESSO À INOVAÇÃO É UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL»

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA É RESPONSÁVEL POR CERCA DE 90% DOS ENSAIOS CLÍNICOS REALIZADOS EM PORTUGAL, PERMITINDO, ASSIM, QUE OS DOENTES TENHAM ACESSO ÀS TERAPÉUTICAS MAIS INOVADORAS

Nelson Pires, CEO da Jaba Recordati, explica os principais desafios e oportunidades do sector da Saúde em Portugal.

Neste momento em que estamos a discutir o orçamento de estado, julga que a saúde dos Portugueses vai sair beneficiada?

Julgo que há um aumento considerável dos recursos financeiros alocados na saúde, mas não são geridos de forma eficiente e têm sérios problemas organizacionais. Por uma questão de organização. O maior custo verificou-se quando reduzimos o horário de trabalho das 40h semanais (exceto médicos) para 35h. Imediatamente aqui se verificou uma necessidade de mais recursos humanos e logo mais custos. Outra questão prende-se com a falta de autonomia dos hospitais e centros de saúde para tomar decisões. Finalmente a questão da meritocracia que não existe na carreira pública.

Ao nível do medicamento, que conheço melhor, existe uma suborçamentação crónica do SNS. Sendo que as consequências desta suborçamentação crónica se refletem, em termos financeiros, em défices sucessivos, ano após ano, e na acumulação de dívida

aos fornecedores. O Conselho das Finanças Públicas refere que no OE de 2022 “existia desde logo um défice previsto de 1.260,6 M€, com um incumprimento previsto da regra de equilíbrio da lei de Enquadramento Orçamental”. Em Junho de 2024 existia um total de dívida de 818,8 M€ com um preço médio de pagamento de 189 dias.

O nosso país investe o suficiente em saúde quando vemos urgências fechadas, medicamentos que existem noutras países e não no nosso, grávidas a ter os seus filhos em ambulâncias?

O investimento público em saúde feito em Portugal é apenas 70% do valor médio per capita da EU. Logo não podemos aspirar a ter mais que na EU. Sendo que o investimento público em medicamentos em Portugal é cerca de 83% do valor médio per capita da EU. E este impacto do investimento do SNS com medicamentos tem vindo a diminuir na despesa total e na despesa pública em saúde desde 2010.

Investimos então pouco em medicamentos?

O Investimento do SNS com medicamentos está ainda mais arti-

ficialmente, sobredimensionado. Não reflete o real investimento com medicamentos, que é muito mais baixo do que é referido pelas autoridades. Porque a Indústria farmacêutica efetua um total de devoluções, fruto de um acordo entre a APIFARMA e o estado. As devoluções da IF aumentam todos os anos, tendo atingido em 2022 um valor superior a 428M€ evolução das devoluções. Representa mais de 10% do investimento em medicamentos feito pelo estado, que é suportado pela indústria farmacêutica. O Investimento do SNS em medicamentos, apenas em 2021 (deduzido de devoluções) conseguiu ultrapassar o valor registado há 12 anos, em 2010 (no tempo de crise). Mesmo com a recuperação da atividade assistencial no SNS no período pós-pandemia, este investimento pouco cresceu.

Para clarificar, a Indústria farmacêutica devolve ao estado muito dinheiro, como vimos, e de várias formas. Por exemplo, em medicamentos novos, o estado define o número de doentes que quer tratar (os chamados CAPs). Quando o número de doentes excede os limites de encargos, a IF paga na totalidade o custo do medicamento,



» Nelson Pires,
CEO da
Jaba Recordati

devolvendo ao estado este valor. Esta situação é inadmissível e algumas empresas preferem não lançar em Portugal, agravado pelos baixos preços praticados no nosso país, e aos atrasos verificados na aprovação. Os contratos deste tipo deveriam ser dependentes de resultados clínicos, de "Pay per performance", algo que a IF defende há muito tempo. As devoluções realizadas, aumentam de 19% em 2018 para 45% em 2022. Existe falta de transparência quando se refere que se gasta muito com medicamentos, não reflete o investimento líquido real, que em 2022 é no mínimo inferior em 6% a 12% ao reportado pelo INFARMED. Acrescido pelas devoluções devidas pelo acordo entre APIFARMA/ Governo e diferenças entre preço de lista e preço financiado.

Muitos dos nossos doentes têm de percorrer várias farmácias para encontrarem os seus tratamentos. Qual o motivo?

Julgo que existem vários motivos. O primeiro é o preço baixo dos medicamentos (dos mais baixos da Europa). A atual conjuntura não é compatível com uma política de redução sucessiva de preços aplicada nos últimos 20 anos aos medicamentos em Portugal, sem possibilidade de revisão em alta



O CIDADÃO
NO CENTRO
DO SISTEMA,
COMO
DEFENDEMOS,
IMPLICA
UMA MAIOR
PARTICIPAÇÃO
DESTE NO
SISTEMA
DE SAÚD
E NAS
DECISÕES
SOBRE A
SUA SAÚDE

(exceto uma pequena nos últimos 2 anos, em medicamentos muito baratos), mesmo quando tal ocorre nos países de referência. E, sobre-tudo, sem acomodar ajustes para cobrir a inflação, aumento dos custos de produção, aumento das taxas, etc. No ambulatório, em 2022, o preço médio por cada embalagem dispensada nas farmácias comunitárias representava 79% do preço de 2010 e abaixo do preço médio de 2012 (com a Troika em Portugal). Os custos de fabrico, aumentaram 40,6% (custo unitário dos inputs entre 2016 e 2022). Sendo mais significativos nos anos de 2020 e 2022 com aumentos anuais de 13,3% e 9,4%, respetivamente, correspondendo aos anos de eclosão da pandemia COVID-19 e início da guerra na Ucrânia. Este fator cria sérias debilidades nas cadeias de abastecimento. É urgente atualizar os preços dos medicamentos, sobretudo daqueles com preços mais reduzidos, de forma a evitar que alguns produtos sejam descontinuados e que haja este risco de desabastecimento. Assim como a distribuição num mercado Europeu livre, prefere exportar os medicamentos aqui disponibilizados para mercados onde os preços são mais altos (quase todos da Europa) e assim terem mais e melhores resultados líquidos, de forma legal e legítima.

Os nossos doentes conseguem ter os mais recentes medicamentos do mercado de imediato?

O acesso à inovação é uma questão fundamental. Os medicamentos inovadores aumentam a longevidade e a qualidade de vida das popu-

lações; tendo sido uma revolução contra doenças até agora incuráveis permitindo poupar num conjunto de custos associados à doença. O acesso à inovação terapêutica é um direito do cidadão só que o desenvolvimento de medicamentos personalizados tem aumentado exponencialmente os custos da Investigação e Desenvolvimento farmacêutico. Só que os portugueses aguardam, em média, quase dois anos (710 dias) para utilizarem as novas terapêuticas disponíveis, situação que se agrava para os 794 dias, no caso da oncologia. A média europeia é de 559 dias no caso da oncologia. Portugal ocupa o 28º lugar entre 35 países, em termos do tempo médio de disponibilidade dos medicamentos inovadores. Considerando o conjunto dos países da União Europeia, Portugal encontra-se atrás de países como a Hungria, a Estónia, a Eslovénia e a Letónia. O modelo não funciona conforme definido pelas autoridades, pois é burocrático, não transparente, não envolve os doentes, nada funcional e sem contraditório.

Porque não existe uma Indústria farmacêutica mais dinâmica em termos de I&D em Portugal?

Existem alguns casos de sucesso em Portugal, infelizmente poucos. Mas o mesmo acontece na Europa, estando este investimento a desviar-se para os EUA. Devido a uma política de burocratização e de baixos preços. Só que a I&D na indústria farmacêutica corre muitos riscos. O tempo médio de desenvolvimento de um novo



medicamento é de 13,5 anos, com um custo médio de 1,2 mil milhões de euros. Apenas 8% dos compostos candidatos identificados em fase pré-clínica ultrapassar todas as etapas até à introdução no mercado. Não existem empresas com esta capacidade financeira, nem capital de risco em Portugal, para este nível de investimento de risco. Recordando que o risco de não proteger o investimento das empresas farmacêuticas em I&D é o de estas perderem capacidade de investir na investigação de novas moléculas.

Temos uma oportunidade relacionada com os ensaios clínicos. Pode gerar uma economia gigante, atrair talento e know-how, mas também permitir acesso precoce dos doentes a tecnologias inovadoras a custo zero. A Indústria Farmacêutica é responsável por cerca de 90% dos Ensaios Clínicos realizados em Portugal, permitindo, assim, que os doentes tenham acesso às terapêuticas mais inovadoras. São instrumento de crescimento das capacidades científicas existentes e de promoção da transformação desta em valor económico e social. Deve ser dinamizada através da agência criada para esse efeito, o AICIB que tem o contributo também da IF.

A Indústria farmacêutica é importadora ou exportadora? Exporta mesmo mais que o vinho do Porto, como referem alguns dados publicados?

É verdade sim. A Indústria Farmacêutica foi responsável por 2,8 mil milhões euros de exportações em 2023, com crescimento de +44%

» Acção de responsabilidade social na estação agrária de Oeiras



O TEMPO MÉDIO DE DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO MEDICAMENTO É DE 13,5 ANOS, COM UM CUSTO MÉDIO DE 1,2 MIL MILHÕES DE EUROS



anual. Em apenas dois anos existe uma escalada para mais do dobro, evidenciando-se como importante motor das exportações e do desenvolvimento económico. As exportações da Indústria Farmacêutica são o principal impulsor das exportações da Saúde, ultrapassando 84% do total das exportações da Saúde. Representam 1,1% PIB de 2023, contribuindo com +0,3 pontos percentuais relativamente a 2022, e constituindo 3,6% das exportações nacionais. Por isso defendemos uma tutela económica da saúde. Devia ser o Ministério da Economia a tutelar e acompanhar a indústria como agente económico que gera inovação e valor. Deveria ser responsável por definir as políticas de preços e margens de comercialização, em lugar da fixação administrativa dos medicamentos e produtos de saúde. A definição e concretização de um programa de melhoria das condições concorrenciais, controle de práticas não-conformes e simplificação do enquadramento regulamentar, que, sem prejuízo da defesa dos cidadãos e da saúde pública, torne mais eficiente o funcionamento dos mercados, estimulando o investimento, a competitividade e o valor económico.

A IF tem uma produtividade superior a todas as outras indústrias transformadoras. É uma

indústria com um elevado valor acrescentado. A IF representa um emprego qualificado superior (cerca de 45%) ao de outras indústrias, como a eletrónica. Pode promover a re-industrialização do país, como fator essencial para impulsionar o crescimento e a competitividade do sector, relançar a produtividade, aumentar as exportações, criar reservas robustas na área das ciências da vida. Bem como para promover o desenvolvimento médico e científico e o crescimento do valor acrescentado nacional.

A indústria farmacêutica investe em Portugal?

O investimento direto é feito e bastante elevado. Em 2022, Portugal atingiu novo máximo de investimento em I&D de 4,1 mil milhões euros, representando 1,7% do PIB. O motor deste desempenho são as empresas, com 62,2% do investimento total (1,1% do PIB) e aumento anual de +19%. Para além de que os medicamentos e as vacinas são os maiores responsáveis pelo aumento da esperança de vida e pela melhoria da qualidade de vida. Evitaram mais de 110 mil mortes desde 1990. Os medicamentos contribuíram para o aumento de até 10 anos de esperança de vida. Uma verdadeira revolução social. Mas também para a sociedade, pois os medicamentos permitiram



INVESTIMENTO

O INVESTIMENTO PÚBLICO EM SAÚDE FEITO EM PORTUGAL
É APENAS 70% DO VALOR MÉDIO PER CAPITA DA EU.
LOGO NÃO PODEMOS ASPIRAR A TER MAIS QUE NA EU



aos doentes continuarem a ser produtivos, gerando cerca de 280M€/ano em rendimento adicional para as famílias em apenas 8 doenças (1.000€/mês por família) avaliadas por um estudo realizado pela McKinsey em Portugal.

Cada vez se fala mais do envolvimento dos doentes no diagnóstico e tratamento das suas doenças. Existem problemas de literacia em saúde em Portugal?

Existem alguns problemas. O cidadão no centro do sistema, como defendemos, implica uma maior participação deste no sistema de saúde e nas decisões sobre a sua saúde. As competências e conhecimentos necessários para o cidadão aceder, compreender, avaliar e utilizar informação sobre saúde que lhe permitam tomar decisões sobre cuidados de saúde, prevenção da doença e modos de promoção de uma vida saudável não podem estar circunscritos ao "Dr Google". A APIFARMA, através do "Tratar de Mim", desenvolveu um programa de literacia em saúde, em parceria com a Associação Nacional das Farmácias (ANF), Direcção-Geral da Saúde (DGS), INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., Ordem dos Farmacêuticos,



ACREDITO QUE
A REVISÃO
DE PREÇOS
A OCORRER
ATÉ FINAL DO
ANO VAI SER
IDÊNTICA À DO
ANO ANTERIOR,
PERMITINDO
ALGUMA
ESTABILIDADE
NO ACESSO AO
MEDICAMENTO

» Acção de
responsabilidade
social no Zoo
de Lisboa

Ordem dos Médicos e Valormed. O objetivo é consciencializar a população para a importância da utilização responsável e segura dos medicamentos não sujeitos a receita médica e alertar para a relevância da adoção de estilos de vida saudáveis. Mas sabemos que é uma "maratona" e não uma "corrida de 100m".

Estando a população a envelhecer mais, a viver melhor durante mais anos e a I&D a aumentar os custos, como manter um modelo de sistema de saúde sustentável?

A IF acredita que apenas a sustentabilidade do modelo será positiva para todos, incluindo as empresas. Propusemos real partilha de risco às autoridades, mas estas, por falta de informação digital, não o podem fazer na maioria das doenças. Temos sugerido muitas mais soluções e contribuímos com quase 500 milhões de euros por ano em devoluções ao estado. Pegando num exemplo:

- como financiar as Terapias de precisão e as Terapias Avançadas? As que podem alterar de forma permanente o perfil do risco de uma determinada patologia? Entendemos que os benefícios têm que ser necessariamente equacionados a um horizonte de longo prazo, pois a administração única e a população alvo é muito limitada. O elevado custo inicial (quase sempre dose única) tem uma eficácia de longa duração. Eficácia que deve ser medida em ganhos de anos de vida ajustados pela qualidade (QALY), que por norma são bastante elevados.

Como vemos os desafios Futuros são aplicar os novos modelos de Financiamento já propostos (ou encontrar novos), que garantam a sustentabilidade do estado social. Seja financiar por Outcomes, condicionado ao desempenho do medicamento no mundo real; ao pagamento por resultados ou financiamento condicionado a geração de evidência adicional. Com estes modelos propostos pela IF que são justos e objetivos, existe uma real Partilha de Risco. Fomentando um clima socioeconómico favorável, que reforce os fatores de atratividade para o investimento em Portugal. Garanta o acesso, a sustentabilidade do sistema e incentivos adequados à inovação para a Indústria Farmacêutica, atraindo investimento para o nosso país.

Quais são as previsões para 2025?

Acredito que a revisão de preços a ocorrer até final do ano vai ser idêntica à do ano anterior, permitindo alguma estabilidade no acesso ao medicamento. Também que iremos renovar o acordo entre a Apifarma e o Governo, permitindo que os produtos de preço mais barato, subam preços. Acabar com a política de CAPs é um desígnio, para erradicar uma injustiça para a IF e para o doente. Por outro lado, garantir confiança através da previsão fiscal e legislativa. Se conseguirmos tudo isto, que não é tão complicado como parece devido à elevada qualidade dos elementos do Ministério da saúde, conseguiremos focar na sustentabilidade do sistema nacional de saúde. O mais importante para os cidadãos! ●





1 ANO
ASSINATURA

4 EDIÇÕES*

€9,30

2 ANOS
ASSINATURA

8 EDIÇÕES*

€16,60



NÃO
ARRISQUE,
APROVEITE
E ASSINE.

RECEBA A SUA ASSINATURA EM CASA OU NO ESCRITÓRIO!

Para mais informações ligue 210 123 400 ou email assinaturas@multipublicacoes.pt
Assine já em: <https://assinaturas.multipublicacoes.pt/>

VALORES
VÁLIDOS PARA
CONTINENTE
E ILHAS